

# ECOFEIRA-UFMT: AS RELAÇÕES ENTRE A ECONOMIA E A AGRICULTURA FAMILIAR

Guilherme Candido da Silva Vasconcelos<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo introduz o projeto da Ecofeira, uma iniciativa que promove a economia e agricultura familiar ao apoiar os produtores rurais, principalmente através da venda de produtos orgânicos durante o evento Ecofeira, sediado no Campus da UFMT. Este projeto visa fortalecer a autonomia comercial dos agricultores familiares, incentivando seu envolvimento no campo e facilitando o acesso dos consumidores a alimentos saudáveis na região da baixada cuiabana.

**Palavras chave:** Desenvolvimento, Economia, Ecofeira, Comercialização, Agricultor.

## ABSTRACT

This article introduces the Ecofeira project, an initiative that promotes the economy and family farming by supporting rural producers, mainly through the sale of organic products during the Ecofeira event, based on the UFMT Campus. This project aims to strengthen the commercial autonomy of family farmers, encouraging their involvement in the field and facilitating consumer access to healthy foods in the Baixada Cuiabana region.

**Key-words:** Development, Economy, Ecofair, Commercialization, Farmer.

---

<sup>1</sup>Estudante de Graduação em Economia na Universidade Federal de Mato Grosso

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho oferece uma visão parcial e específica das atividades desenvolvidas durante atuação nas comunidades rurais de Agroana em Poconé-MT, Zé da Paes em Várzea Grande-MT, Agrovila das Palmeiras em Santo Antônio de Leverger-MT e durante a ECOFEIRA da UFMT. Destacam-se algumas das ações realizadas e dos resultados obtidos até o momento, fazendo uma análise com a teoria econômica e com bibliografias que trabalham com esse tema.

A Ecofeira é um projeto de extensão da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, teve início em 2015 com o Prof. Dr. Alexandro Ribeiro<sup>2</sup>, com o objetivo de contribuir para a produção de alimentos agroecológicos, livres de agrotóxicos e sem impacto ao meio ambiente e à saúde humana. O projeto pretende promover a geração de renda para os agricultores, além de oferecer uma alternativa de alimentação saudável à comunidade cuiabana.



*Fonte: Fotografia feita pelo autor no momento da ecofeira, 2024.*

Além disso, essa iniciativa vai além de simplesmente proporcionar produtos saudáveis aos consumidores da baixada cuiabana, uma vez que originários dos assentamentos da agricultura familiar, esses alimentos são cultivados para oferecer produtos que são disponibilizados para venda no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Ao possibilitar a comercialização direta entre os produtores e os consumidores, a Ecofeira promove uma conexão íntima entre quem cultiva e quem consome.

Nesse panorama, é válido dizer que uma das dificuldades da agricultura familiar está no acesso a mercados que compreendam às suas características socioeconômicas específicas, principalmente na relação do trabalho familiar e na correlação entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo (Sauborin, 2014).

---

<sup>2</sup>Doutor em Desenvolvimento Socioambiental e Professor Associado I FE/UFMT

Dessa forma, a Ecofeira exerce um papel de instrumento de comercialização importantíssimo na vida desses agricultores, que agora não estão mais na agricultura de subsistência, mas sim passando para um momento de comercialização do seu excedente.

Sendo assim, essa relação direta não apenas fortalece a confiança dos consumidores na procedência e na qualidade dos alimentos, mas também incentiva e valoriza o árduo trabalho dos produtores rurais.

Ademais, o impacto positivo se estende à comunidade local, possibilitando o acesso facilitado a alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Essa proximidade também promove a conscientização sobre a importância de uma alimentação mais saudável e o apoio à agricultura familiar. No entanto, devido aos impactos da pandemia, a Ecofeira precisou ser interrompida por um período, porém, em 2023, retomou suas atividades em colaboração estreita com o projeto “Do Campo à Mesa”, uma iniciativa de extensão da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Mato Grosso, com o objetivo de beneficiar produtores rurais, agricultores familiares, povos indígenas e promover o desenvolvimento sustentável em Mato Grosso. Desse modo, uma das premissas fundamentais desta parceria é a valorização da multidisciplinaridade, que nos permite aproveitar uma variedade de perspectivas para enfrentar desafios complexos de forma mais eficaz. Para Delattre (2006):

Uma simples associação de disciplinas que concorrem para uma realização comum, mas sem que cada disciplina tenha que modificar significativamente a sua própria visão das coisas e dos próprios métodos [...]. Toda realização teórica que põe em prática saberes diversos corresponde de fato a um empreendimento pluridisciplinar (DELATTRE, 2006, p. 280).

Portanto, a grande vantagem de uma equipe multidisciplinar é que um pode aprender com o outro, uma vez que permite o acesso a perspectivas diferentes sobre um mesmo objeto de estudo. A ideia é que, com isso, a equipe obtenha resultados positivos de forma mais rápida e com qualidade. Sendo assim, a parceria entre a Ecofeira e o projeto “Do Campo à Mesa” possibilitou uma retomada mais ampla e abrangente, com mais comunidades atendidas. Essa retomada reuniu diversos profissionais e cursos que sonham em melhorar a sociedade, como a economia, agronomia, medicina veterinária, nutrição, entre outros.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

Foi utilizado para este estudo a metodologia Observatório Participante, que consiste na vivência pessoalmente do pesquisador no evento de sua análise para melhor entendê-lo, percebendo e agindo de acordo com as suas interpretações daquele mundo, participando das relações sociais e

procurando entender as ações no contexto da situação observada (Proença, 2007). Esta abordagem também pode ser conceituada como:

(...) O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (May, 2001: 177).

Nesse sentido, esse procedimento metodológico representa um excelente recurso para que o pesquisador “se insira mais profundamente nas atividades do dia-a-dia das pessoas que busca entender, tornando-se parte do seu universo, registrando as experiências e seus efeitos sobre o comportamento do respectivo grupo social” (Proença, 2007).

Com isso, foi possível analisar de maneira ativa as comunidades, estabelecendo diálogos e interações frequentes com os agricultores, de forma a compreender suas dinâmicas, desafios e necessidades. Para enriquecer ainda mais essa compreensão, foi aplicado um questionário socioeconômico, com o intuito de captar informações relevantes acerca desses produtores.

O questionário constou de perguntas referentes ao perfil dos assentados, aspectos sociais, culturais, redes de comercialização, renda, planejamento financeiro, principais custos. Dessa forma foi possível entender as dinâmicas que ocorrem no processo produtivo dessas famílias. Ademais, foi utilizado bibliografias para compreender o estudo desse tema, com leitura de autores que trabalham com economia ambiental, ecológica e desenvolvimento.

## **ASPECTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2012), a agricultura familiar é responsável por mais de 80,0% da ocupação no setor rural do Brasil, gerando sete de cada dez empregos no campo e, em torno de 40,0% da produção agrícola. A maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, na atualidade, é oriunda das pequenas propriedades. (Sangalli Schlindwein, 2013).

Desse modo, primeiramente é válido ressaltar que a agricultura familiar é um sistema de produção agrícola que permeia as atividades econômicas agrárias desde o início da colonização do Brasil, no início do século XVI. Isto é, com a instalação dos grandes latifúndios no litoral do Nordeste e também em São Vicente (Netto, 2008). Nesse contexto, com o início dos grandes ciclos (Pau-Brasil, Cana-de-Açúcar, Café) a agricultura familiar começou a ser o meio de subsistência das famílias dos agricultores que trabalhavam nesses latifúndios.

Essa produção familiar tem como objetivo em seu sistema produtivo a diversificação de cultura que permite aos agricultores a produção de alimentos e geração de renda durante todos os meses do ano. Esse segmento de produção é essencial, devido a sua função econômica e social.

Nesse sentido, o termo agricultura familiar nas últimas décadas se consolidou nas discussões econômicas e sociais do Brasil. Portanto, essa forma de produção é caracterizada pela agregação de famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, ao mesmo tempo em que se cultuam valores e tradições (Mattei, 2014).

Em outras palavras, o agricultor familiar possui uma relação especial com a terra, e esse tem sido um dos motivos que o levam a buscarem novas formas de produção que não prejudiquem a natureza, valorizando o trabalho humano e contribuindo para o bem-estar das populações do campo (WANDERLEY, 2009).

A partir dos anos de 1990, esse segmento foi reconhecido pela sua categoria social e produtiva, sendo criadas e implantadas políticas públicas a seu favor (Bezerra, Schlindwein, 2016). Isso foi constatado através da recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais durante a década de 1990 e da Lei da Agricultura Familiar. Sendo assim, verifica-se que as políticas públicas de custeio agrícola são muito importantes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros (Sangalli Schlindwein, 2013).

No campo jurídico, principalmente visando a auxiliar a política de crédito direcionada ao setor, a Lei nº 11.326 de julho de 2006, em seu artigo 3º definiu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público como:

Art. 3 - Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1o disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais [...] (BRASIL, 2006, p.1).

A lei acima citada foi criada visando desenvolver a política de crédito destinada a agricultura familiar, especialmente no que se refere a da continuidade do programa de reforma agrária por meio da

expansão de assentamentos rurais que acabam por contribuir em última consideração para a geração de emprego e renda no campo e, conseqüente, diminuição do êxodo rural.

No entanto, o Brasil é um dos países com maior concentração de terra, cuja distribuição, em sua maioria, está em poucos e grandes latifúndios. Nessa linha de raciocínio, a força do setor é separada em grupamentos locais. Dessa forma, associações e cooperativas possibilitam a permanência do sistema familiar em algumas regiões, mas são totalmente inexistentes em outras. Em síntese, a precariedade estrutural limita muito a força do produtor, conforme destaca (WANDERLEY, 1996, p. 9):

No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social, diferenciando-o, portanto, da estrutura europeia, antes considerada, capaz de fechar o círculo da subsistência.

Com isso, ressalta-se que o acesso à terra promove uma reorganização social nas famílias de trabalhadores rurais, tendo em vista o espaço para a construção habitacional e o aumento na disponibilidade de alimentos para a família. Dessa forma, os programas de assentamentos precisam ser planejados e estruturados com maior estudo possível para promover um desenvolvimento no intuito de ampliar as conquistas desse segmento.

Cabe, então, ao governo e a sociedade civil a discussão e a promoção de medidas capazes de alterar os rumos da produção familiar, com o objetivo primordial de melhorar o direcionamento de políticas públicas, com ênfase no familiar devido a sua importância estratégica no que se diz respeito ao bem-estar geral da sociedade.

## **DESENVOLVIMENTO: UMA BREVE ANÁLISE A PARTIR DE CELSO FURTADO**

As feiras ecológicas têm emergido como espaços vitais de interação social e econômica, onde comunidades locais se encontram para trocar produtos orgânicos e artesanais, promovendo uma consciência ambiental e uma economia mais sustentável. Por trás dessa aparente uniformidade de propósito, no entanto, existe uma miríade de realidades comunitárias que se entrelaçam e contribuem para a riqueza desses eventos.

Nesse sentido, utilizando como lente teórica os conceitos do renomado economista brasileiro Celso Furtado<sup>3</sup>, é preciso compreender as diversas realidades presentes nas comunidades que participam ativamente da ecofeira. Furtado, cuja obra é marcada por uma profunda compreensão das

---

<sup>3</sup>Celso Monteiro Furtado foi um economista brasileiro e um destacado intelectual do país ao do século XX

complexidades do desenvolvimento econômico e social, oferece-nos um arcabouço teórico valioso para explorar as dinâmicas subjacentes a essas comunidades.

Primeiramente, no seu livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, ele procura entender o processo de desenvolvimento, com base no método histórico-estruturalista. Dessa forma, Furtado oferece uma visão não apenas dos aspectos econômicos, mas também dos sociais, culturais e políticos (Cavalcanti, 2001).

O nosso estruturalismo, surgido nos anos 50, empenhou-se em destacar a importância dos parâmetros não-econômicos dos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros que se definem e evoluem num contexto histórico, não é possível isolar o estudo dos fenômenos econômicos de seu quadro histórico (FURTADO, 2002, p.72).

É fundamental salientar que a análise furtadiana apresenta que o desenvolvimento econômico brasileiro se manteve dependente em todos os seus ciclos produtivos, desde a produção de açúcar até o café. Por consequência, a exploração e o subdesenvolvimento produziram, dessa forma, uma estrutura econômica e social pouco diversificada. (Moraes, 2019)

Para Furtado a consolidação de uma estrutura produtiva industrial na Europa, após a Revolução Industrial, condicionou o desenvolvimento econômico de quase todas as demais regiões do planeta. Essa situação deu origem ao que ele denomina de “mimetismo cultural”, que está relacionada com a tentativa de reproduzir as formas de produção e consumo dos países centrais, gerando uma dependência cultural entre centro-periferia (Cavalcanti, 2001).

Furtado ressalta a importância de considerar os impactos do processo econômico na natureza, reconhecendo que cada território possui características distintas. Nesse contexto, o desenvolvimento alcançado por uma nação, como a Inglaterra, não pode ser simplesmente replicado em outro país, como o Brasil, devido às suas diferenças ambientais, sociais, culturais e econômicas (Cavalcanti, 2001).

Dessa forma, é válido salientar que o pensamento de Furtado enfatiza que a abordagem de desenvolvimento econômico deve ser adaptada às condições específicas de cada localidade, levando em consideração fatores como recursos naturais disponíveis, estrutura social, cultura e histórico econômico. O sucesso de um modelo econômico em um país não garante automaticamente sua eficácia em outro, pois as necessidades e potenciais são distintos.

Por exemplo, enquanto a industrialização desempenhou um papel central no desenvolvimento

econômico da Inglaterra durante a Revolução Industrial, esse modelo pode não ser adequado para o Brasil, onde a abundância de recursos naturais e a presença de uma grande população rural podem sugerir estratégias de desenvolvimento diferente dos países centrais. (Cavalcanti, 2001). Sendo assim, a autonomia cultural, ou a inexistência de colonização ideológica de uma classe dominante, para Furtado, pode ser uma das condições para um desenvolvimento autêntico.

Nesse sentido, ele consubstancia a ideia do desenvolvimento econômico como um mito, num modelo econômico de expansão que destrói e degrada o meio ambiente em larga escala, e ainda cria uma ilusão de que, com a economia crescendo, gera-se desenvolvimento. Além disso, Furtado explana que a cópia dos padrões de consumo dos países afortunados agrava as desigualdades sociais em função da própria acumulação de capital.

Portanto, na sua concepção, ele considera o desenvolvimento algo irrealizável, pois consistiria na ideia de que os pobres poderiam algum dia desfrutar das formas de vida dos ricos. No entanto, essa possibilidade está fora de alcance, simultaneamente, de todos os povos da terra, não passando assim, a ideia do desenvolvimento como um simples mito. (Cavacanti, 2001)

Desse modo, ao aplicarmos os princípios furtadianos supracitados à análise das comunidades participantes da ecofeira, buscamos não apenas descrever, mas também compreender as complexidades e as potencialidades desses contextos locais. Reconhecendo que cada comunidade possui sua própria história, recursos e desafios, procuramos identificar as forças motrizes por trás de suas atividades na ecofeira e os obstáculos que enfrentam em seu processo de desenvolvimento

As atividades da Ecofeira são amplas e diversificadas, englobando o trabalho direto com as comunidades de Agroana em Poconé, Ze da Paes em Várzea Grande e Agrovila das Palmeiras em Santo Antônio de Leverger. Cada uma dessas localidades apresenta desafios e características únicas que influenciam seu trabalho na Ecofeira.

Na comunidade de Agroana-girau em Poconé, os desafios enfrentados em relação à organização social dos agricultores refletem diretamente os princípios fundamentais da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. A distância da área urbana e a escassez de recursos representam obstáculos significativos, que demandam uma abordagem sensível e contextualizada para promover o progresso local.

Ao fortalecer a organização local e buscar soluções para superar as dificuldades logísticas, a comunidade de Agroana em Poconé está alinhada com a visão de Furtado sobre o desenvolvimento a partir das bases locais. Furtado argumentava que o desenvolvimento econômico e social deve ser construído a partir das realidades específicas de cada comunidade, valorizando seus recursos e promovendo a participação ativa dos membros locais.

A promoção da participação dos agricultores familiares na Ecofeira e o foco na capacitação dos produtores e no estabelecimento de redes de colaboração destacam a importância de uma abordagem

inclusiva e participativa, aspectos centrais na teoria de Furtado. Além disso, o diálogo constante e a compreensão profunda da realidade da comunidade ressaltam a necessidade de uma abordagem holística e contextualizada, tal como defendida pelo renomado economista brasileiro.

Portanto, a experiência da comunidade de Agroana em Poconé evidencia como os princípios da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado continuam relevantes e aplicáveis na busca por soluções eficazes para os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, promovendo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo.

No assentamento Zé da Paes, situado em Várzea Grande, notou-se uma dinâmica comunitária mais robusta, resultado da presença de residentes com níveis mais elevados de instrução e conhecimento. Durante pesquisas de campo realizadas na comunidade, ficou evidente que os produtores possuíam um conhecimento profundo e abrangente sobre todos os aspectos relacionados à agricultura familiar. Esse alto nível refletia-se não apenas na prática agrícola, mas também nas estratégias de gestão, nas técnicas de cultivo e nos processos de comercialização.

Nesse contexto, a abordagem adotada buscou capitalizar esse rico conhecimento local em prol do desenvolvimento econômico e social da comunidade. Um dos principais objetivos foi ampliar as oportunidades e diversificar os produtos disponíveis na Ecofeira, visando não apenas aumentar a renda dos agricultores, mas também promover uma oferta mais variada e atrativa para os consumidores.

Para alcançar esse fim, foram implementadas iniciativas para aproveitar ao máximo o conhecimento existente na comunidade. Isso incluiu o incentivo à inovação nas técnicas de produção, a introdução de cultivos alternativos e a valorização dos produtos regionais com base nas preferências e demandas do mercado local. Além disso, foram estabelecidas parcerias e redes de colaboração entre os produtores, permitindo a troca de experiências e a disseminação de boas práticas.

Na Agrovila das Palmeiras, em Santo Antônio de Leverger, a presença marcante da Cooperativa Agropecuária Mista das Palmeiras (Coopamsal) representou um ponto crucial no panorama do desenvolvimento local. Através de uma abordagem centrada na cooperação e no fortalecimento das estruturas comunitárias, a Coopamsal desempenhou um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico sustentável da região.

Ao concentrar seus esforços na otimização dos processos de comercialização, a cooperação buscou ampliar a presença dos produtos locais na Ecofeira. Essa iniciativa não apenas visava aumentar a visibilidade e o alcance dos produtos da Agrovila das Palmeiras, mas também aprofundar os laços econômicos e sociais entre os agricultores e os consumidores locais.

Além disso, ao aproveitar a estrutura já existente da cooperativa, foram criadas oportunidades para fortalecer a economia local e impulsionar a expansão dos negócios. A Coopamsal não apenas facilitou o acesso ao mercado para os agricultores locais, mas também promoveu a troca de conhecimentos e experiências, incentivando a inovação e o crescimento contínuo.

Nesse contexto, é relevante ressaltar a consonância dessa abordagem com os princípios da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. Furtado argumentava que o verdadeiro desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas é um processo de transformação social mais amplo, que requer a participação ativa e colaborativa das comunidades locais (Cavalcanti, 2001).

## **A IMPORTÂNCIA DA ECOFEIRA COMO INSTRUMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO**

O desenvolvimento econômico das agriculturas familiares passa também pela sua organização para acessar aos mercados, para enfrentar a extensão generalizada do mercado de troca capitalista, mas também para dialogar com o Estado mediante novos instrumentos de políticas públicas

No entanto, é importante salientar que uma das principais dificuldades das formas de agricultura familiar consiste no acesso aos mercados diversificados adaptados às suas características socioeconômicas específicas, relacionadas ao trabalho familiar e na fusão entre unidade doméstica e unidade produtiva. (ELLIS, 1988; CONTERATO et al., 2007; SABOURIN, 2009).

Nesse sentido, os agricultores familiares do Brasil e a sociedade civil organizada têm promovido iniciativas de valorização dos produtos e de acesso aos mercados. Estas são intimamente ligadas a formas de organização social, locais ou regionais (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007).

Várias dessas experiências que contribuem positivamente com os produtores, são possibilitadas por serem desenvolvidas em relações e estruturas de reciprocidade, como a ajuda mútua gratuita, propriedade coletiva, gestão compartilhada de bens, conhecimentos, informações ou de recursos comuns (SABOURIN, 2006, 2007; OLIVEIRA; DUQUE, 2004; CONTERATO et al., 2007; SCHNEIDER et al., 2003).

Desse modo, infere-se que essas relações de reciprocidade reduzem os custos de produção ou de transação e, apesar da concorrência do capitalismo, que geralmente torna-se desfavorável para seus sistemas de produção na agricultura familiar, permitem o acesso dos agricultores familiares aos mercados (SABOURIN, 2006).

Desse modo, é importante frisar que em cada encontro da Ecofeira, emerge uma sinergia que não apenas impulsiona a venda de mercadorias, mas desenvolve a essência da agricultura familiar. Este encontro proporciona uma percepção profunda das realidades únicas de cada comunidade, onde os desafios enfrentados são compartilhados e soluções colaborativas são buscadas em prol da sustentabilidade e do fortalecimento econômico local.

É importante dizer que este vínculo direto entre produtores e consumidores resulta em uma distribuição mais equitativa dos lucros, ao evitar intermediários e garantir que a maior parte do retorno

financeiro seja direcionada aos produtores.

Além disso, a comercialização desses produtos é uma forma tangível de apoiar e incentivar a continuidade da agricultura familiar. Ao oferecer um mercado acessível e direto para os agricultores familiares, a Ecofeira contribui para a preservação das tradições agrícolas e culturais, bem como para a manutenção das áreas rurais.

A oferta de alimentos frescos e orgânicos na Ecofeira não só assegura opções saudáveis para os consumidores, mas também educa sobre os benefícios de uma alimentação mais natural. Essa abordagem alimentar pode impactar positivamente a saúde das pessoas, reduzindo a exposição a agrotóxicos e promovendo hábitos alimentares mais equilibrados.

Portanto, a comercialização de produtos na Ecofeira não é apenas uma transação econômica, mas uma interação essencial que sustenta a economia local e valoriza as práticas agrícolas ecológicas. É um ponto de encontro onde a comunidade se reúne para celebrar não apenas a comida, mas também os laços culturais e ambientais que a cercam.

## **RESULTADOS PARCIAIS**

A Coleta de dados primários, utilizando o questionário socioeconômico aplicado nas três comunidades da agricultura familiar que contribuem ativamente na ecofeira mostrou alguns problemas enfrentados por esses produtores que requer atenção do Estado e da sociedade civil, uma vez que alguns pontos são situações que mostram a invisibilidade dessas comunidades perante a sociedade.

Dessa forma, é essencial frisar que “a agricultura de base familiar na história brasileira, quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária” (Picolotto, 2015). Em virtude disso, o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980 e juntamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, possibilitou um reordenamento do Estado brasileiro, levando a uma descentralização das ações governamentais com o objetivo de ampliar o acesso aos recursos públicos e de democratizar as próprias políticas públicas

Apesar disso, ainda perdura a situação de precariedade em relação ao modo de vida desses produtores, à falta de ordenamento legal sobre as terras, à pouca relação com os mercados e à falta de acesso às técnicas modernas e ao crédito público.

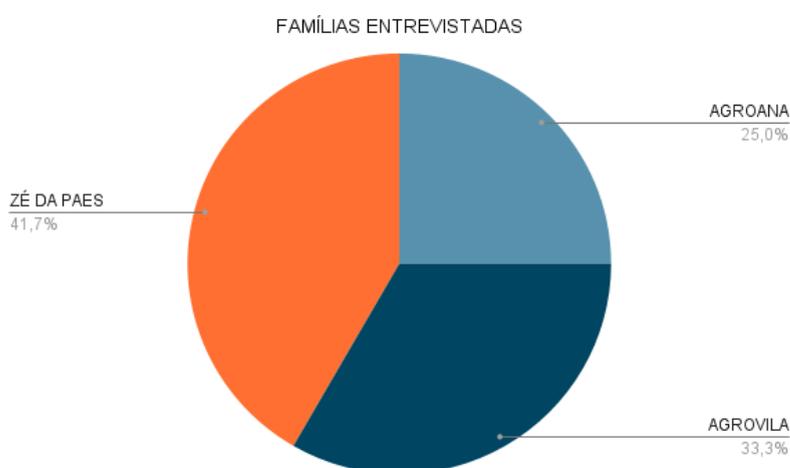
Inquestionavelmente, mesmo que as formas de precariedade tenham sido diferenciadas nas diversas regiões do país, os produtores da agricultura familiar para continuarem persistindo precisaram, de uma maneira ou de outra, abrir caminho entre as diversas dificuldades encontradas.

Essa situação de precariedade, limitou a composição de um grupo de agricultores centrados no

trabalho familiar que pudesse fazer um contrapeso socioeconômico e político aos grandes proprietários e suas organizações, ou seja, tiveram grandes dificuldades para construir forças políticas autônomas que pudessem desafiar os grandes proprietários e o modelo de agricultura dominante (Picolotto, 2015).

Abaixo, primariamente está a quantidade em porcentagem de quantas pessoas foram entrevistadas em cada comunidade baseado no total de questionários aplicados nas três comunidades.

FIGURA 1 – FAMÍLIAS ENTREVISTADAS



*Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor com base na pesquisa de campo*

Um dos principais pontos que era necessário a observação refere-se ao nível de instrução dos entrevistados. Essa informação é essencial para conseguir compreender de maneira clara a real situação daquela família, uma vez que a formação intelectual e cultural das pessoas são fatores relevantes quando estamos na busca de entender sua maneira de se envolver nas relações de trabalho e renda.

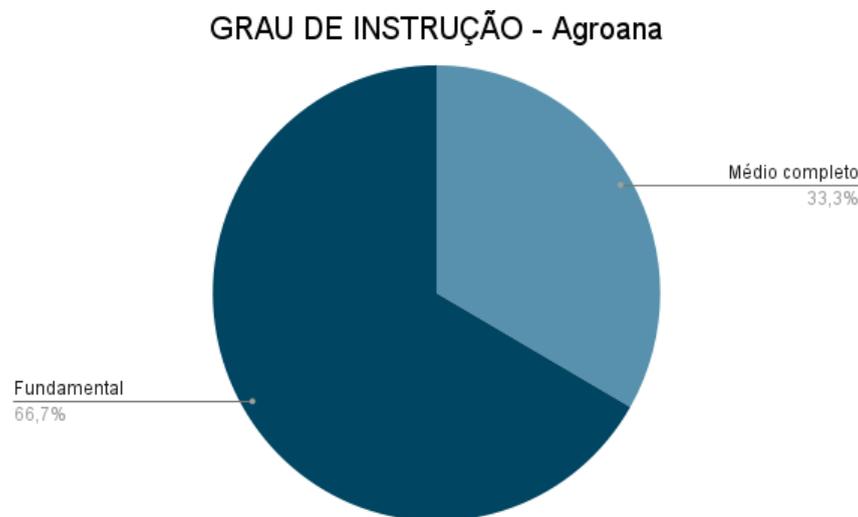
De acordo com Caldart (2004), a educação no campo tem sido um desafio histórico enfrentado pelas pessoas que nele trabalham, vivem e desenvolvem suas histórias de vida:

A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. (...). (CALDART, 2004, p. 17-18).

Sendo assim, nas áreas rurais, a educação não apenas atua como um direito fundamental, mas também como um poderoso catalisador para a transformação social. Ao proporcionar acesso equitativo

à educação nessas comunidades, estamos não só promovendo o desenvolvimento individual e coletivo, mas também abrindo portas para a superação das desigualdades arraigadas em nossa sociedade. Portanto, investir na educação rural não é apenas uma medida de justiça social, mas também uma estratégia crucial para promover a inclusão, a igualdade e o progresso para todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou local de residência.

FIGURA 2 – GRAU DE INSTRUÇÃO



*Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor com base na pesquisa de campo*

Na comunidade Agroana, localizada na área rural de Poconé-MT, é possível perceber através do gráfico acima que a maioria dos entrevistados não possuem ensino médio completo ou algum estudo de qualificação, situação que corrobora para os muitos problemas acerca da organização desses agricultores, que enfrentam muitas dificuldades de melhorar e expandir suas produções e a comercialização desses produtos.

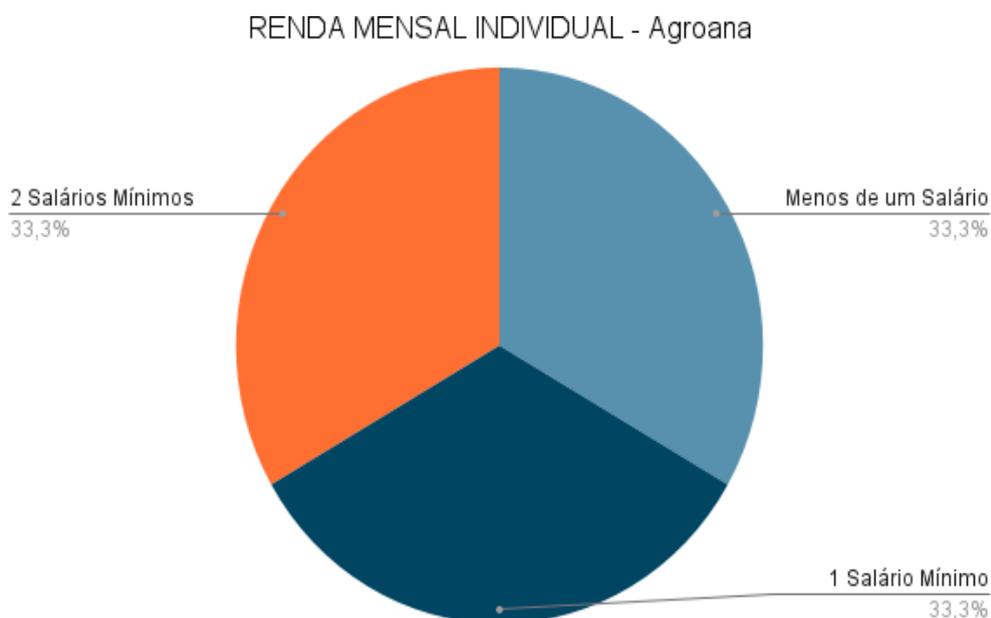
Além disso, todos explicaram através do questionário socioeconômico que sua principal ocupação é com a agricultura, e que utilizam carro ou moto para se locomover nas estradas.

Outro ponto importante é acerca da quantidade de horas que trabalham por dia, que são de 8h a 10h por dia, uma vez que muitos relataram a realidade de viver 24 horas no local de trabalho, ou seja, no lote.

Ao discutir o fornecimento de água nas propriedades, a maioria já possui poços semiartesianos, enquanto alguns ainda dependem exclusivamente de caixas d'água. É interessante notar que nenhum

morador necessita de assistência médica frequente, sugerindo um quadro de saúde geral estável na comunidade. Isso destaca a importância contínua de investir em infraestrutura hídrica para garantir acesso adequado à água potável para todos, promovendo assim melhorias na qualidade de vida e no bem-estar.

FIGURA 3 – RENDA MENSAL INDIVIDUAL



*Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor com base na pesquisa de campo*

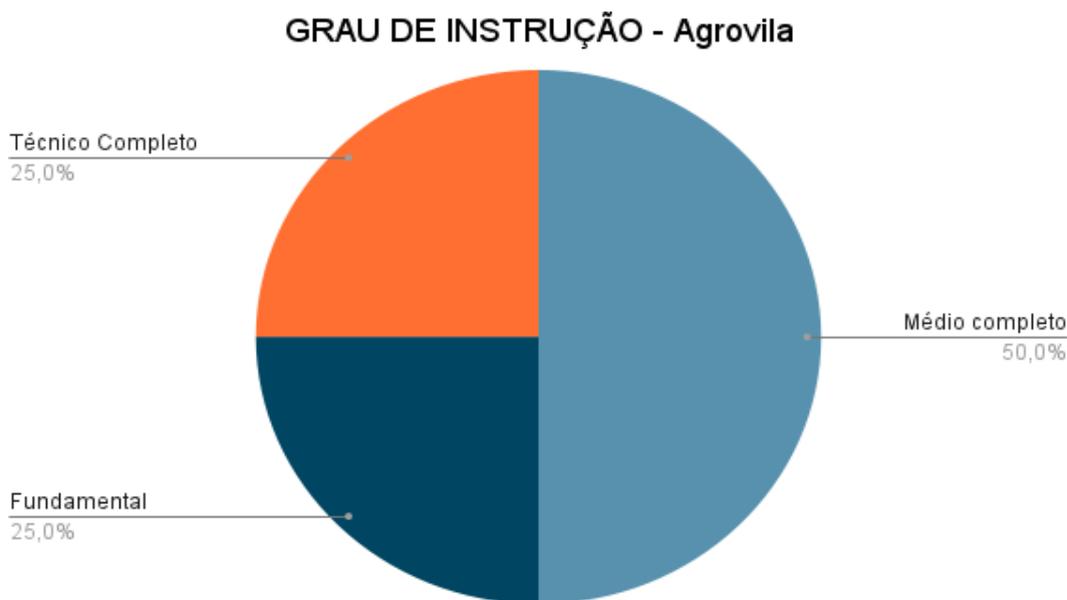
Após a discussão do assunto social, chegamos nas questões econômicas dos produtores. A renda é o principal fator de elevação de qualidade de vida na realidade de toda população, dessa forma é importantíssimo discutir isso e compreender esses pontos na visão dos agricultores.

Outra questão crucial que merece destaque são as despesas essenciais enfrentadas pelos agricultores entrevistados. Além das preocupações comuns, como alimentação e combustível, há também a questão da ração para animais e, de forma especialmente significativa, o custo da energia elétrica. A volatilidade dos preços tem sido um desafio constante, levando não só a um aumento nos gastos, mas também a danos em eletrodomésticos devido a flutuações de energia.

Além disso, é preocupante notar que todos os entrevistados compartilham uma lacuna significativa em suas vidas: a ausência de atividades de lazer e cultura. Suas vidas estão tão imersas nas exigências do trabalho agrícola que não encontram tempo para qualquer forma de entretenimento ou enriquecimento cultural. Eles expressam uma sensação de isolamento cultural, agravada pela falta

de opções acessíveis para quem reside em áreas rurais. Este é um aspecto crucial que merece atenção, pois afeta não apenas o bem-estar material, mas também a qualidade de vida e o senso de pertencimento dessas comunidades agrícolas.

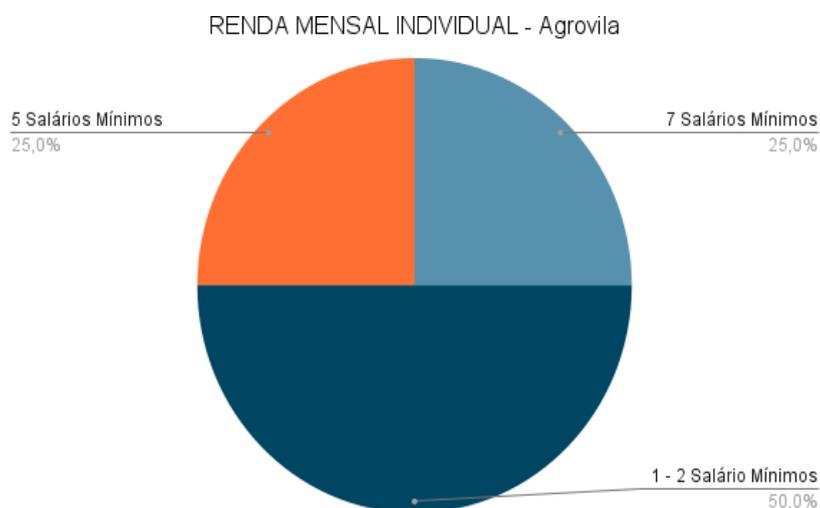
FIGURA 4 – GRAU DE INSTRUÇÃO



*Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor com base na pesquisa de campo*

Na agrovila, todos tem como principal atividade a agricultura e utilizam ou carro ou ônibus para locomoção para a cidade e 50% possuem ensino médio completo. Eles consideram que trabalham o dia inteiro devido a alta atuação dentro do lote, e alguns já possuem atividade de lazer e cultura, como a leitura, idas em festas e assistir TV. É notável que a maioria dos residentes da comunidade possui acesso a poços semiartesianos, proporcionando uma fonte relativamente estável de água. No entanto, para aqueles que dependem da água proveniente da serra, o ano de 2023 foi especialmente desafiador devido à escassez de chuvas. Essa escassez compromete não apenas a produção, mas também a renda dos moradores, que se viram obrigados a buscar alternativas para manter seus meios de subsistência. Em relação aos cuidados médicos, é reconfortante observar que nenhum dos moradores precisa de assistência com frequência. Eles expressaram satisfação com os serviços prestados pelo posto de saúde local, que está atendendo adequadamente às necessidades da comunidade.

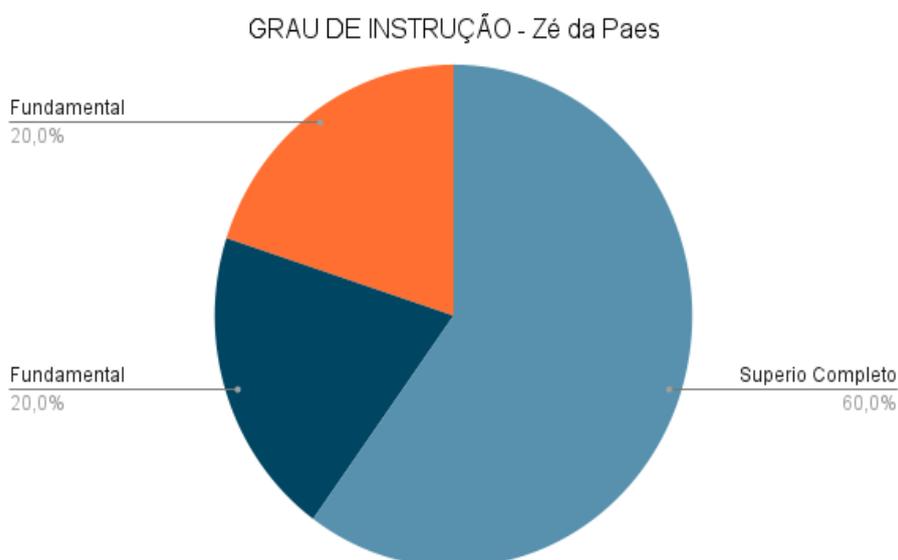
FIGURA 5 – RENDA MENSAL INDIVIDUAL



Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor com base na pesquisa de campo

A renda dos entrevistados está na maioria na faixa de 1-2 salários mínimos, enquanto 25% em cinco salários e 25% em sete salários. Destarte, eles elencaram a ração, a comida e a energia elétrica como as principais despesas, situação que se repete em todas as entrevistas desse projeto.

FIGURA 6 – GRAU DE INSTRUÇÃO



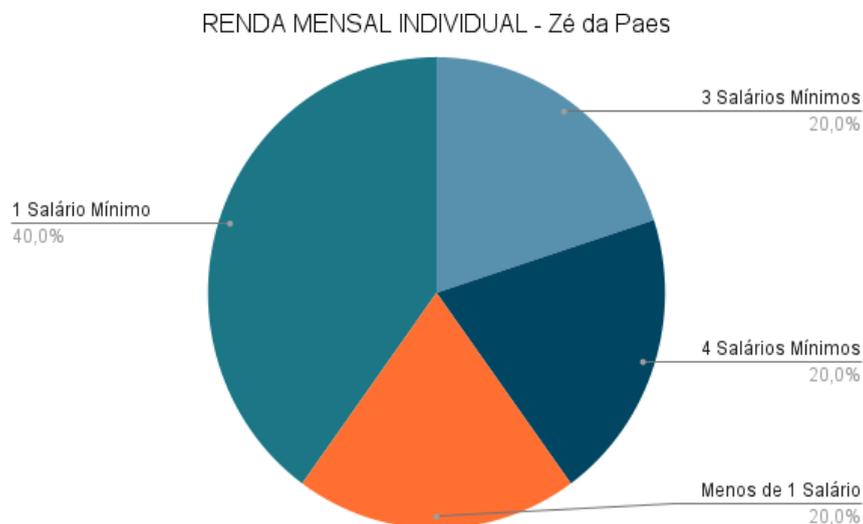
Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor com base na pesquisa de campo

Por último, a comunidade Zé da Paes localizada em Várzea Grande-MT apresenta os seguintes dados em relação ao grau de instrução. Esses dados mostram que 20% dos entrevistados têm fundamental completo e 20% fundamental incompleto, porém, 60% tem ensino superior, o que reflete com total certeza na organização dessa comunidade e na sua expansão comercial dos produtos.

A mobilidade dos moradores é um desafio notável nesta região. Embora alguns utilizem carro e ônibus para se deslocar, é preocupante que precisem percorrer sete quilômetros a pé até chegarem à rodovia para pegar o transporte público. Esta situação flagrante evidencia a ausência de investimento por parte do poder público na região, criando obstáculos significativos para a locomoção dos residentes e o escoamento de sua produção agrícola.

A agricultura é a principal ocupação dos entrevistados nesta comunidade, demandando um dia inteiro de trabalho nos lotes. Em termos de atividades culturais e de lazer, suas opções são limitadas. Muitos optam por atividades simples, como frequentar o rio, caminhar ou jogar bola, devido à falta de infraestrutura cultural na região.

FIGURA 7 – RENDA MENSAL INDIVIDUAL



Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor com base na pesquisa de campo

Sobre a renda, 40% ganha um salário mínimo, enquanto o restante divide-se em 20% para três salários, quatro salários e menos de um.

A energia elétrica, o combustível e a alimentação são consideradas as principais despesas desses entrevistados da comunidade. Todos possuem poço semi ou artesiano. Apenas uma família que

furou três vezes e não conseguiu água. Além disso, eles dizem que seria necessário do poder público um maior investimento em transporte e na redução do custo da energia elétrica na área rural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na coleta e análise de dados, foram propostas alternativas que tiveram um impacto positivo em algumas famílias. Observou-se que alguns indivíduos retomaram o uso do caderno de planejamento financeiro após a aplicação dos questionários, evidenciando um renovado interesse na gestão financeira pessoal.

A interação direta durante as visitas de campo estabeleceu um contato mais próximo com os produtores, resultando em um aumento da confiança deles na equipe durante a realização da Ecofeira. Fornecer explicações simplificadas sobre conceitos-chave de abertura e fechamento de caixa facilitou a compreensão e gestão financeira por parte dos produtores

A presença do Estado na elaboração de políticas é fundamental para garantir o desenvolvimento equitativo e sustentável das comunidades. O Estado desempenha um papel crucial na identificação de necessidades, na alocação de recursos e na implementação de medidas que visam promover o bem-estar social e econômico. Na área agrícola e econômica, especialmente em regiões onde a agricultura familiar é predominante, as políticas estatais desempenham um papel vital na promoção da justiça social, na proteção do meio ambiente e na garantia de condições dignas de trabalho para os agricultores.

A universidade, por sua vez, desempenha um papel essencial na promoção de pesquisas e na produção de conhecimento que embasa a formulação e implementação de políticas públicas eficazes. Através de pesquisa interdisciplinar, as universidades podem fornecer insights valiosos sobre os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, bem como identificar soluções inovadoras e sustentáveis. Além disso, as universidades desempenham um papel importante na capacitação de profissionais e líderes comunitários, fornecendo-lhes as habilidades e o conhecimento necessário para enfrentar os desafios locais de forma eficaz.

Portanto, a colaboração entre o Estado e as universidades é essencial para promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das comunidades rurais. Ao trabalharem em conjunto, o Estado pode se beneficiar do conhecimento especializado e das pesquisas realizadas pelas universidades, enquanto as universidades podem contribuir para a formulação de políticas mais informadas e eficazes. Essa parceria estratégica é fundamental para garantir que as políticas públicas atendam às necessidades reais das comunidades e promovam um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Sabourin, Eric. "Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária." *Revista Economica do Nordeste REN* (2014).
- Proença, Wander. "O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro." *Revista Aulas* (2007)
- Bicalho, Lucinéia Maria, y Oliveira Marlene. "ASPECTOS CONCEITUAIS DA MULTIDISCIPLINARIDADE E DA INTERDISCIPLINARIDADE E A PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO." *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, vol. 16, no. 32, 2011, pp.1-26.
- Cassol, Graciela. "A relação entre a educação do campo e a agricultura familiar: reconhecimento nas políticas" (2013)
- Bezerra, Gleyce , y Schlindwein, Madalena. "Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil"
- Sangalli, Adriana Rita; Schlindwein, Madalena Maria A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DE MATO GROSSO DO SUL - BRASIL *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, vol. 18, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013, pp. 82-99
- Joaquim J. M. Guilhoto; Fernando G. Silveira; Silvio M. Ichihara; Carlos R. Azzon. "A importância do agronegócio familiar no Brasil"
- NETTO, Marcos Mergarejo. "Agricultura Familiar e sua Organização"
- Lima, Antônia Francisca, Edvânia Gomes de Assis Silva, and Bruna de Freitas Iwata. "Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura." *Retratos de Assentamentos* 22.1 (2019): 50-68.
- de Fátima Carvalho, Francislene, and Selma de Fátima Grossi. "A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar." *Revista Interface Tecnológica* 16.2 (2019): 226-234.